

# Bom Dia CONTRASP



Edição 574 - Quarta - Feira, 18 de dezembro de 2019



## APOSENTADORIA ESPECIAL: A LUTA CONTINUA



A Contrasp apresentou na manhã da última terça-feira (17) em Porto Alegre, ao Senador Paulo Paim, uma sugestão de emenda ao projeto de lei complementar N°245 que prevê a aposentadoria diferenciada aos vigilantes.

O presidente da Contrasp João Soares e lideranças de todo país, sugerem duas formas de aposentadoria a esses trabalhadores.

Para o vigilante que tenha se filiado ao regime Geral da Previdência Social até a data de entrada em vigor da reforma, quando o total da soma resultante da sua idade e do tempo de contribuição e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:

- a) sessenta e seis pontos e quinze anos de efetiva exposição;
- b) setenta e seis pontos e vinte anos de efetiva exposição; e
- c) setenta e seis pontos e vinte e cinco anos de efetiva exposição.

Para o vigilante que tenha se filiado ao Regime Geral de Previdência Social após a data de entrada em vigor da reforma, quando a sua idade e o tempo de efetiva exposição forem, respectivamente, de:

- a) cinquenta e cinco anos de idade e quinze anos de efetiva exposição;
- b) cinquenta e oito anos de idade e vinte anos de efetiva exposição; e
- c) cinquenta e oito anos de idade e vinte e cinco anos de efetiva exposição.

Paim se posicionou a favor da proposta e se prontificou a apresentar a emenda.

**Fonte:** Sindicato dos Vigilantes de Curitiba

# ADIADA PARA 2020 VOTAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA



A Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) adiou nesta terça-feira (17) a votação do Substitutivo da Câmara dos Deputados 6, de 2016, ao PLS 135, de 2010, que institui o Estatuto da Segurança Privada. De autoria do então senador Marcelo Crivella, o projeto original tinha por objetivo único dar aos vigilantes um piso nacional de salário, reajustado anualmente. No entanto, a proposta recebeu 117 sugestões de emendas na Câmara, o que ampliou a sua abrangência, tornando-o na prática um estatuto.

Composto por 72 artigos, divididos em 11 capítulos, o texto é relatado na CTFC pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Com o pedido de mais tempo para avaliação da matéria pelos demais parlamentares, a votação então ficou para 2020. Senadores como Paulo Rocha (PT-PA) e Major Olímpio (PSL-SP) destacaram a necessidade dessa legislação e cobraram o compromisso da comissão em votar o texto assim que o Congresso retornar do recesso.

A proposta pretende disciplinar a necessidade de autorização prévia para funcionamento de empresas e a fiscalização, pela Polícia Federal, dos serviços de segurança privada e do plano de segurança em dependências de instituições financeiras. Além disso, o texto trata do funcionamento das escolas de formação; do uso de produtos controlados de uso restrito, de armas de fogo e de menor potencial ofensivo; da prestação do serviço em espaços de uso comum, transportes coletivos, estabelecimentos prisionais, portos e aeroportos, estabelecimentos públicos e privados e áreas públicas; dos requisitos para exercício profissional, bem como do direito a seguro de vida, assistência jurídica e piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas, que também podem ajustar a jornada de trabalho.

**Fonte:** Agência Senado

**ELES JÁ ESTÃO ARMADOS. ATÉ QUANDO ESTAREMOS NA MIRA?**

**PUNTO 40 E 380 PARA NOSSA SEGURANÇA!**

Campanha nacional pela troca de armamento para vigilantes de carro-forte, escolta armada e patrimonial.

**CONTRASP**  
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Privada



Presidente: João Soares  
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Dayane de Oliveira  
Produção e Arte Finalista: Regina Domingues  
Diagramação e Arte: Amauri Azevedo

📍 SBN Qd. 2 Bloco J - Edifício Engenheiro Paulo Maurício - 6º andar - salas 601/608 Asa Norte - DF  
☎ (61) 3327-9813  
(61) 3326-1904  
📱 @contrasp  
🌐 www.contrasp.org.br  
✉ contrasp@outlook.com